

**“Não se governam, nem se deixam governar”:
Perenidade da expressão da relação dos Portugueses com
os seus líderes (auto e hetero-imagem, no período
medieval e na atualidade)**

Isabel de Barros Dias
Universidade Aberta e IELT-EISI / IEM – FCSH-UNL
Isabel.Dias@uab.pt

Data de receção do artigo: 06-01-2015
Data de aceitação do artigo: 16-03-2015

Resumo

Artigo que estuda o *cliché* que considera que os portugueses “não se governam, nem se deixam governar”, tendo em conta a fortuna desta frase em blogues e na imprensa online, bem como alguns antecedentes medievais desta ideia. São identificadas várias interpretações decorrentes da polissemia da noção, e a sua perenidade é analisada (especialmente em momentos de crise). É ainda sublinhado o facto de ser possível encontrar auto e hetero-imagens dos Portugueses desde tempos bastante remotos.

Palavras-chave: estereótipos – *clichés* – crónicas medievais – blogues, imprensa online

Abstract

This article studies the *cliché* according to which the Portuguese “are unable to govern themselves and refuse to be governed”, via the appearance of the phrase in blogs and online press, as well as some medieval antecedents of this idea. Various interpretations arising from the polysemy of the notion are identified, and its durability is analysed (especially in times of crisis). It is further emphasized that it is possible to find auto and hetero-images of the Portuguese since very early times.

Keywords: stereotypes – *clichés* – medieval chronicles – blogs – online press

Contrariamente ao que se pode depreender do artigo sobre os “Portugueses” num dos mais reconhecidos manuais dos estudos imagológicos, onde a imagem desta nação só é verdadeiramente considerada a partir dos autores românticos do séc. XIX¹, é possível, muito antes, identificar opiniões que nos permitem delinear auto e hetero-imagens dos portugueses, nomeadamente, no período medieval². Apesar de neste momento os estados ainda não se terem constituído em termos modernos, já existiam e se distinguiam identidades específicas, sendo estas noções explicitamente verbalizadas. Para um exemplo eloquente, veja-se a seguinte reflexão que D. Duarte faz no seu *Leal Conselheiro* (dos anos 30 do séc. XV) sobre qualidades e defeitos dos diferentes povos em geral e, mais especificamente, sobre portugueses e ingleses, aos quais estava genealógicamente ligado:

Prymeiro, da terra compreissom. Esto veemos, graças a Nosso Senhor, como, em geeral, os mais de todos portugueses som leaes e de boos corações; e os ingreses valentes homẽes d’armas, de grande e boo regimento em sas igrejas e casas. E assi quaesquer outras nações teem geeralmente, algũas virtudes e falecimentos, nom que todolos do reino ou senhorio igualmente as hajam mas, em geeral, teem delo grande parte. (D. Duarte: 150)

Portugal é um reino independente desde finais da primeira metade do séc. XII (1143), tendo-se definido por oposição a dois grandes blocos vizinhos: os reinos cristãos da Península Ibérica (especialmente Leão ou Castela-Leão, consoante as épocas) e as zonas sob domínio muçulmano, a sul. O “outro” muçulmano, o “mouro”, foi

¹ Referimo-nos à obra de Beller & Leerssen (eds.) (2007) que, no geral, tem um valor fundamental para os Estudos Imagológicos, mas onde uns artigos são mais latos e aprofundados do que outros. Na 2ª Parte do livro, “Images of nations surveyed”, o artigo “Portuguese”, de Simon Kuin (pp. 220-223), centra-se, efetivamente, em testemunhos do séc. XIX em diante, salvaguardando, brevemente, a existência de uma épica nacional, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. De facto, a grande maioria dos estudos que abordam textos literários portugueses desde o ponto de vista da Imagologia centra-se em autores mais recentes. Como exemplo desta tendência, veja-se o conjunto dos artigos que exploram textos literários no volume coordenado por Fernández García & Leal (2012) onde a incidência em textos e autores do séc. XIX em diante é manifesta.

² Salvarde-se ainda que há testemunhos imagológicos muito anteriores. Como exemplo, ver os relatos de geógrafos e historiadores antigos que integram descrições do mundo e dos povos das diferentes regiões, aos quais são atribuídas características e qualidades específicas (o que inclui Iberos, Lusitanos, Celtas...), caso de Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*) e de Estrabão (*Geografia*).

considerado o inimigo de eleição uma vez que se enquadrava igualmente na oposição de base Cristão / não Cristão, fundamental na Idade Média do Ocidente Europeu. No entanto, os confrontos com os vizinhos cristãos também foram frequentes, podendo esta oposição ser considerada mais interessante em termos imagológicos, uma vez que a oposição entre a cristandade no seu todo e o outro muçulmano é uma oposição profunda, indiscutível e de caráter geral, enquanto que a oposição relativamente ao “outro” cristão peninsular é mais ténue e permite identificar traços mais específicos atribuídos e/ou assumidos pela identidade portuguesa entre o conjunto dos seus pares, ou seja, entre aqueles que lhe são equivalentes ou bastante próximos.

O presente artigo debruçar-se-á precisamente sobre algumas das mais antigas caracterizações textuais explícitas dos “portugueses” demonstrando, por um lado, a antiguidade destas referências identitárias e, por outro lado, a sua perenidade, sem esquecer as suas características específicas. Analisaremos alguns relatos e uma expressão feita que veiculam duas imagens antitéticas dos portugueses no que se refere ao relacionamento que estes estabelecem com os seus líderes: ou que se trata de um povo mal governado / difícil de governar; ou que se trata de um povo que repele jugos externos, dois vetores de que existem testemunhos, tanto no período medieval, como na atualidade. A opção por analisar textos situados cronologicamente em pólos opostos tem por finalidade a verificação da perenidade do assunto abordado, bem como o estabelecimento de um maior contraste no que toca a eventuais modificações.

A formação dos reinos peninsulares foi naturalmente acompanhada pela construção das respetivas identidades. Para além da tomada de posse física de territórios, houve necessidade de proceder a uma construção memorialística que justificasse e legitimasse essa realidade, uma construção identitária que só bastante mais tarde se cristalizou no que hoje entendemos como “consciência nacional”, processo cujos contornos têm sido explicados por historiadores, especialmente por José Mattoso, no que a Portugal se refere³. Neste processo de construção ideológica de imagens e de imaginários comuns, onde se inclui a formação das identidades relativas dos habitantes das diversas regiões ibéricas, a historiografia

³ Para aprofundar este assunto, no que toca ao caso português, veja-se a obra do historiador José Mattoso, em geral, mas com especial destaque para Mattoso (1995) enquanto obra mais específica sobre o início do reino português, e para Mattoso (1998) que integra reflexões de caráter mais amplo sobre a identidade portuguesa.

foi uma peça fundamental e poderosa, desde os mais simples anais, às elaboradas e complexas crônicas dos séc. XIII e XIV em diante. É normal que a historiografia procure valorizar os territórios onde é produzida e elogie os seus habitantes, dando especial destaque aos grupos de poder dominantes. Uma crônica produzida no centro peninsular, como aquelas elaboradas sob a orientação do rei Afonso X, assumirá, naturalmente, as perspectivas, as ideias e os objetivos ideológicos e políticos do seu mentor. Uma crônica produzida em Portugal, mesmo usando como fonte materiais afonsinos, obviamente que adaptará a informação compulsada aos seus interesses, manipulando e adaptando os textos recolhidos⁴. São vários os exemplos deste comportamento que poderíamos aduzir, como o relato do chamado “Desastre de Badajoz” que, apesar de manter uma moldura narrativa idêntica, quando é reportado em crônicas do centro peninsular retrata o primeiro rei de Portugal como um medroso em fuga, mas quando a mesma história aparece em crônicas do ocidente peninsular, o soberano surge como um herói que luta até ao fim contra as maiores adversidades (Dias 2007 e, sobretudo, 2008). No presente artigo vamos explorar outro exemplo bastante ilustrativo que nos surge nas crônicas vernáculas ibéricas de matriz afonsina produzidas nos sécs. XIII e XIV, no centro e no ocidente peninsulares⁵, ao qual já aludimos (Dias 2007), mas que aqui pretendemos aprofundar. O contexto do excerto sobre o qual nos debruçaremos é o de alguns comentários sobre os povos peninsulares, proferidos aquando das guerras fratricidas que opuseram os filhos de Fernando I, o Magno – Sancho de Castela, Afonso de Leão e Garcia da Galiza e Portugal -, pelos quais o pai dividiu o reino e que, na sequência da morte deste, se opuseram militarmente até à reunificação do território, primeiro sob

⁴ Sobre este assunto ver Dias (2003 e 2007) onde são estudados alguns procedimentos retóricos de manipulação dos materiais afonsinos pela portuguesa *Crónica de 1344* (especialmente na sua reelaboração de finais do séc. XIV).

⁵ O corpus aqui considerado é composto por seis textos historiográficos, dois produzidos no centro peninsular, a “versão crítica” da *Estoria de Espanna* (V.Crit.), elaborada nos últimos anos do reinado de Afonso X (c. 1282-84) e o texto da “versão amplificada de 1289” que se encontra editado na PCG (V.Ampl. / PCG). A *Tradução galega* (Trad.Gall), é um texto de charneira, já elaborado no ocidente, mas bastante devedor das fontes de matriz afonsina que são manipuladas de modo ainda tímido. A historiografia portuguesa, representada pelas duas redações da *Crónica de 1344* (1344a e 1344b) e pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (D. Pedro), já procede a manipulações mais extensas das suas fontes, se bem que com diferentes graus de profundidade. Os passos estudados terão tido na sua base, entre outras fontes, relatos épicos, atualmente perdidos – os denominados *Cantar de las Particiones* e *Cantar de Sancho II*.

Sancho II e, a seguir, sob o seu irmão, Afonso VI. Tendo estas guerras ocorrido entre os diferentes reinos peninsulares, liderados por soberanos irmãos entre si, e estando em jogo a questão da unificação ou da divisão peninsulares, trata-se, naturalmente, de um terreno fértil para o surgimento de observações relativas às identidades específicas (as “famas”) das diferentes fações em confronto. É certo que é possível argumentar que, tal como os soberanos eram irmãos entre si, também as populações seriam mais homogêneas do que distintas. De facto, existe uma grande proximidade entre as populações ibéricas, nomeadamente geográfica e climática, linguística, étnica e familiar, de usos e costumes... Porém, a maior proximidade pode constituir um poderoso estímulo à necessidade de diferenciação. Apesar de por vezes haver flutuações e dos mesmos estereótipos e imagens poderem ser aplicados a grupos mais ou menos latos⁶, é evidente que neste período já existia uma noção clara das várias regiões que compunham a Península, sendo os seus habitantes classificados de modo mais positivo ou mais negativo, consoante os pontos de vista, os interesses e as circunstâncias de cada momento. Neste sentido, podemos dizer que se trata de comunidades “vizinhas”, no sentido português do termo (significando próximo, contíguo, limítrofe), mas não “vecinas”

⁶ Como se verifica nos diferentes testemunhos cronísticos que nos transmitem os conselhos do Cid a Sancho II e que nos mostram como as demarcações podem ser flexíveis uma vez que a atribuição de qualidades ou de defeitos pode sofrer oscilações pois encontramos nestas passagens uma imagem que, umas vezes se restringe aos galegos mas, em outros casos, é alargada a leoneses e asturianos. A versão crítica apresenta o texto mais incisivo centrando-se exclusivamente nos galegos: “Señor, los gallegos estan agora con el rrey don Alfonso vuestro hermano seguros en sus posadas e non se catan de nos; e vos fazed tornar los que fuyen, e acoged los a todos a vos e cras quando el alua ferid en la hueste del rrey don Alfonso a desora, ca los gallegos han por costunbre de se alabar mucho quando son bien andantes, e de chufar e fazer grandes nueuas e de escarneçer de los otros; e cansaran fablando en ello toda la noche, e escontra la mañana adormecer se han”. (V.Crit: 436). As restantes crónicas alargam o retrato aos leoneses (1344a: fl.222rb – cap. 385 e 1344b, III: 365 – cap. CDLXXXIV) e, no caso da V.Ampl. / PCG, também aos asturianos (V.Ampl. / PCG, II: 502b – cap. 825). É ainda curioso verificar que a transcrição deste excerto na *Traducción Gallega* mantém as alusões negativas contra os galegos: “Et, señor, fazed agora [acoller] a gente que vem fogindo et falade cõ elles et esforçadeos. Et, señor, cras a la madurgada dade cõna signa no canpo; ca elles estan cõmo seguros, por que teem que am vençudo pola bõa andança que am avida. Et demays que os galegos et os leoneses som muy chufadores et de grã parauoa, et està cõ el rrey seu senhor gabãdose da (da) bõa andança que ouuerõ, que dizẽ mays ca deuẽ. Et, se(u) Deus quiser, o grã prazer que elles ouuerõ tornasselles a en pesar” (Trad.Gall: 365-366), o que demonstra que, neste caso específico, o desejo de ser fiel às fontes terá falado mais alto do que a vontade de defender o bom nome da comunidade.

no sentido espanhol (onde o termo tem também um sentido gregário, remetendo para o conjunto dos que moram juntos numa mesma terra).

Passando ao estudo dos exemplos textuais selecionados, uma primeira observação sobre os portugueses surge-nos na boca de Fernando I, quando este divide o território pelos filhos e atribui a Garcia o reino da Galiza e a parte já reconquistada de Portugal, comentando os dois povos:

Dio a don Garçia el menor toda Gallizia con aquello mismo que el ganara en Portugal, alabando otrosi mucho a los gallegos e a los portogaleses, deziendoles que eran loçanos, rricos e nobles, francos, leales, e caualleros mucho esforçados en armas, e que nunca ovieran señor de que fuesen abundados nin nunca el señor que ovieran de guardar fuera arrancado, pero dizen que dixo alli a los portogaleses vna escatima, que nunca fezieran buen señor que entre las manos les cayese; (V. Crit: 417)

Este excerto encontra-se num relato afonsino, a versão crítica, mas não ocorre no texto da V. Ampl. / PCG (cf. cap. 213), nem no da Trad.Gall (cf. cap. 204) que apresentam este momento de forma muito sintetizada. As duas versões da *Crónica de 1344* amplificam o relato da morte de Fernando I, a partição dos reinos e as situações mais tensas e confusas a que essa divisão dá origem. Porém, significativamente, o comentário é liminarmente esquecido nestes dois textos (Cf. cap. 364-369 da 1344a e CDLXVIII-CDLXXII da 1344b).

Contrariamente à escassez dos testemunhos desta primeira ocorrência, o tema ressurge, de forma explícita, em toda a historiografia aqui considerada, um pouco adiante, já em plena guerra fratricida, no discurso de incitamento que o rei Garcia faz aos portugueses, separadamente, antes de combater Sancho II. As crónicas produzidas no centro peninsular (a versão crítica e a versão ampliada de 1289) dizem-nos o seguinte:

versão crítica	versão ampliada de 1289 (PCG)
Desi dixo a los portogaleses: “Amigos, vos sodes nobles caualleros e loçanos, e ha menester que todo el mal pres que avedes que lo perdades agora aqui, e que fynque en vos el bueno, ca vos auedes prez que fazedes pocos señores buenos, pues fazed oy bueno de mi e sera la vuestra	et dixo luego a los portogaleses: “amigos, uos sodes nobles caualleros et loçanos, et a mester que tod el mal prez que auedes que lo perdades oy aqui, et que finquedes con buen prez; et departo uos lo: vos auedes prez de fazer pocos sennores buenos entre uos; pues fazet uos oy bueno de mi, ca

<p>honrra muy grande; e sy yo bien saliere de aqui galardonar vos lo he muy bien”. E ellos le dixieron que lo farien muy de grado, e que le ayudarien quanto podiesen, que non fyncarien por ellos. (V.Crit: 432)</p>	<p>sera uestra onrra; et si yo bien salir daqui, gualardonaruos lo e muy bien, de guisa que entendredes que a coraçon e de uos fazer grand algo”. Et ellos dixieronle que lo farien muy de coraçon, et quel ayudarien quanto mas pudiessen, que non fincarie por ellos. (V. Ampl. / PCC: II, 500a)</p>
---	--

A *Traducción Gallega*, sendo um texto de charneira entre as crónicas do centro e as do ocidente peninsular, limita-se a introduzir alterações muito ligeiras, se bem que significativas pois, apesar de se explicar que os portugueses têm fama de “fazer poucos senhores bons”, a indicação inicial de “mal prez” é referida de modo bastante mais geral:

Desi apartou os portugeeses et disollis:

- Uos sodes nobles caualeyros et louços, et a mester que todo o mal prez se perca oge aqui et que fique sempre o boo, ca uos auedes preço de fazer poucos senores boos. Et ontre uos conuê que façades oge boo de m̃, et sera uosa onrra et uosa proly; et, se eu ende sayr, galardoaruolo ey muy bẽ, en guisa que entenderedes que ey sabor de uos fazer algo.

Et elles diserõ que o ajudariã et o seruirã de grado quanto podesẽ, et que nõ ficaria per elles. (Trad. Gall: 360)

As duas versões da *Crónica de 1344* acentuam esta linha de atenuamento do “defeito” que marcaria os portugueses. Não só a expressão “mao prez” se mantém como uma indicação genérica mas também acresce uma alteração que consiste na explicação que é dada, e que transforma a anterior insinuação de maus vassalos numa assunção da defesa da liberdade e da independência por parte dos nobres e ousados portugueses que não aceitam jugos:

<i>Crónica de 1344</i> (1ª red. - 1344a)	<i>Crónica de 1344</i> (2ª red. - 1344b)
<p>E desi apartose con los portogaleses e dixoles amigos vos ssodes nobles honbrẽs e a menester que todo el mayor pres que el dia de oy sse gane aqui e</p>	<p>Desi apartousse cõ os Portugueses e disselhes: - Amigos, vos sodes nobres homẽes; faz mester que todo maaos prez se perca oje aqui e fique ã vos bondade</p>

<p>finque en vos sienpre todo bien ca vos avedes pres de ardidos e que non queredes entre vos muchos sseñores e conviene que hagades hoy bueno de my e sera vuestra honrra e vuestra pro e si dende yo ssaliere bibo yo vos lo galardonare muy bien en guissa que entendades el talante de vos fazer bien end e ellos dixeron que lo servirian e lo ayudarian de grado quanto podiesen e que non fincaria por ellos (1344a: fl. 220ra-b)</p>	<p>pera sempre, ca vos avedes prez d'ardidos e ño queredes antre vos muitos senhores. Porẽ vos cõvem que façaes oje de mÿ boo e seera grande vossa honrra e muita vossa prol, ca, se eu ende vivo sayr, eu vollo gallardoarey mui bem, de tal guisa que entendades que eu hey tallante de vos fazer mercee.</p> <p>E elles disseron que o serviã e ajudariã de grado e que ño ficaria per elles. (1344b: vol. III, 358)</p>
--	---

Finalmente, o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* também se refere à história das guerras fratricidas, nomeadamente no título XXI, um dos que mais profundamente terá sido reformulado na refundição de 1380-83⁷, que começa com a história do rei Ramiro, “donde decendeo a geeraçom dos boos e nobres fidalgos de Castela e Portugal”. A dado momento, refere-se Rodrigo Forjaz de Trastâmara⁸, uma personagem a cuja linhagem são associados os reis de Portugal, e que é apresentado como o campeão do rei Garcia e peça fundamental em vários combates da guerra fratricida. As observações que aqui nos ocupam não constam do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (cf. título 21G7). Porém, as palavras finais de Rodrigo Forjaz, num momento em que Garcia vence e tem preso o seu irmão Sancho, ecoam e, até certo ponto, parece que dão resposta ao suposto “defeito” dos Portugueses cuja expressão e cambiantes temos vindo a rastrear:

Disse entom dom Rodrigo Froiaz: “Senhor, sodes entregue de vosso irmão, que vos queria deserdar do reino?” Disse el rei: “Si, som”. Dom Rodrigo Froiaz lhe disse: “Gradecede-o a Deus e a estes boos fidalgos de Portugal, que sempre foram boos aos senhores e amaram verdade”. Beijou-lhe entom a mão e encomendou a alma

⁷ A questão das refundições do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é abordada pelo seu editor, José Mattoso, no ponto II da introdução à edição do texto (D. Pedro vol. I: 41-47).

⁸ Sobre Rodrigo Forjaz, e o seu papel no imaginário linhagístico ver Krus (1994a: 281-286 e 1994b) e Mattoso (1998: 31-32). Note-se que, de um modo geral, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* assume um ponto de vista nobiliárquico, como foi amplamente demonstrado pelos estudos de Mattoso e de Krus.

a Deus, e morreo ante que el rei d’i partisse. (D. Pedro vol. I: 228 – tit. 21G7).

Nas passagens onde são narrados os feitos de Rodrigo Forjaz é notória a recorrência da expressão “boos fidalgos de Portugal” quatro vezes repetida entre as pp. 226 e 228 (D. Pedro vol.I). Reencontramos uma insistência semelhante noutra crónica que nos reporta um outro momento de rotura especialmente fraturante, a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. Neste caso, trata-se de um momento marcado por uma guerra civil que foi, simultaneamente, um confronto peninsular pois uma das fações em luta estava aliada com o poder de Castela. Neste texto, cujo posicionamento político e ideológico é claro, o “verdadeiro português” é o que combate Castela, ideia reiteradíssima na obra⁹, sendo “os outros” “Portugueses desnaturados” (Lopes, cap. CXVIII), “nom limdo Portuguesees” (Lopes, cap. CXXXII), “alguõs nom boõs Portuguesees” (Lopes, cap. CXLVI), “nom leaaes Portuguesees” (Lopes, cap. CLXII).

Voltando às ideias do texto cujas variações apresentámos, estas comprovam-nos que, durante o período medieval, já são claramente expressas hetero e auto-imagens bem definidas dos portugueses. A recorrência das imagens veiculadas, bem como a necessidade da sua manipulação por parte dos textos produzidos na região “implicada” sublinham a sua importância. Sendo a “fama” e o “bom nome” fatores de enorme peso em qualquer época, mas fundamentais no período medieval, compreende-se perfeitamente esta necessidade de escamotear tudo o que de menos bom poderia ser dito a respeito de uma comunidade.

As imagens transmitidas pelos vários excertos considerados e respetivas variações remetem ainda, se bem que em sentido bastante

⁹ Ver ocorrências de expressões como “verdadeiros Portuguesees”, “Portugueses direitos” ou “boõs Portuguesees” nos captos. XXVI, XLI, XLIII, XLVI, LXXV, LXXXIX, XCIII, CXIX, CXXXVIII, CLVIII, CLXI, CLXV, CLXXI. Destaque para formulações mais elaboradas como “E porem vos emvia rrogar come a bõos naturaes e leaaes Portuguesees, e como aaquelles que sempre mostrastes leallidade aa casa [em sentido amplo, sendo que a linhagem (real) é associada ou sobreposta ao território que detém, sendo este dois elementos características identitárias fortes] de Portugall, que vos praza de estas naaos e barchas que aqui ha em esta çidade, de seerem logo armadas.” (Lopes, cap. CXXII), a exclamação “Oo nobre e vallemte barom e verdadeiro Portuguesees!” (Lopes, cap. CXXXIII) ou ainda “aquelles que sse tiinham por verdadeiros Portuguesees e leaaes servidores do Meestre” (cap. CLXXI). Note-se que Mattoso (1998: 17-18) considera que estas guerras com Castela terão sido decisivas no processo de fixação da identidade portuguesa.

lato, para uma “frase célebre”, atribuída, ora ao Imperador Júlio César, ora a Galba, governador da Hispânia, em jeito de queixa: que “nos confins da Ibéria há um povo que não se governa, nem se deixa governar”. A atribuição de uma locução a uma figura do mundo Antigo consiste numa estratégia bastante comum de valorização de uma ideia que, por este meio, ganha o peso e a autoridade da vetustez e da erudição. Apesar da “insigne atribuição”, a formação e utilização desta frase parece ser bem mais recente, constituindo atualmente um lugar comum da complexa rede de ideias e de expressões de cariz imagológico que definem a imagem estereotipada e coletiva dos Portugueses.

É a perenidade da dualidade que faz dos portugueses, ora uma comunidade que tem uma má relação com os seus líderes, ora um povo que não admite jugos externos, o fio condutor que nos permite estabelecer uma ligação entre os textos medievais já apresentados e o atual uso da máxima que defende que os portugueses são um povo “que não se governa, nem se deixa governar”. Esta frase, cristalizada na memória coletiva, graças ao seu uso reiterado, encontrou uma fortuna significativa junto de autores que escrevem em espaços de opinião atualmente disponíveis na Internet (blogs e comunicação social online) onde as suas duas leituras possíveis (positiva e negativa) são exploradas com alguma frequência.

É certo que muito separa o período medieval da atualidade, assim como os portugueses de então e os de hoje. Em termos gerais, os “portugueses” a que se referem os textos medievais seriam os cavaleiros e guerreiros oriundos do condado portugalense e que serviam o rei Garcia da Galiza, seu senhor, enquanto que os “portugueses” da atualidade, referidos nos espaços de opinião a seguir considerados, são o coletivo indiferenciado da população portuguesa. A sociedade medieval era uma sociedade hierarquizada, baseada em relações de dependência e de fidelidade, enquanto que a sociedade atual pressupõe a participação de toda a população na vida pública. Porém, apesar das muitas e importantes diferenças que separam estas duas realidades, parece manter-se a coexistência de duas perspetivas, uma positiva, outra negativa, sobre a relação que pessoas oriundas de zonas do extremo mais ocidental da Península Ibérica (o condado Portugalense ou o país Portugal) estabelecem com os seus líderes. Acresce o facto de estas duas perspetivas antagónicas decorrerem de jogos de leitura e de interpretação. No caso dos textos medievais, estamos perante a manipulação de uma fonte que pretendia dizer o

contrário daquilo que as versões portuguesas afirmam. No caso do *cliché* desenvolvido pelos textos mais atuais, o que se observa é o aprofundamento e a exploração da dualidade de leituras que a máxima permite. A maior divergência que vamos encontrar entre os textos medievais estudados e os contemporâneos será, como veremos a seguir, uma talvez inesperada diferença de ponto de vista.

Uma simples pesquisa *web*, com vista a identificar ocorrências desta expressão no mundo da opinião que se publica na Internet revelou-nos que a frase tem tido um sucesso considerável. Identificámos 11 blogues em português que usam a expressão ou como título ou como frase desencadeadora de um texto que pode ser mais ou menos longo, com ou sem introdução de enquadramento histórico, uns que não suscitaram quaisquer comentários (blogues Rita 2006, N. 2011, Pico 2012, Barra 2013, Marques 2013, Cirilo 2014), outros que conseguiram alcançar algum sucesso (ex: blogue de Viriato 2011, com 10 mensagens), sendo as “respostas” ou “comentários”, na sua maior parte, ou de apoio ao texto apresentado, ou de questionação, (nomeadamente sobre as referências à história antiga, por vezes revelando diversas imprecisões e hesitações). Verificou-se ainda um caso de diálogo explícito entre blogues, pois o texto de Palmela (2011) remete para o blogue de Viriato (2011), produzido alguns meses antes.

Tratando-se de textos que são fruto da livre expressão de quem os cria e mantém, o seu carácter varia enormemente, desde os mais assertivos, violentos e acintosos, aos mais interrogativos, irónicos ou desanimados. Em todo o caso, o conjunto de textos recolhido permitiu, não só constatar a atualidade do recurso à frase em questão, como ainda verificar a flexibilidade da sua abordagem pois os blogues consultados tanto incidem sobre o carácter “desgovernado” do povo português (vive acima das suas possibilidades, foge às responsabilidades e procura o facilitismo, é incapaz de se unir mas procura “safar-se” graças a favores, é invejoso, não sabe escolher os seus governantes...), como sobre a má atuação dos seus governantes (mediocridade da classe política, tomam medidas muito discutíveis, não se preocupam com as pessoas ou com o bem comum mas sim consigo e com os seus partidos...). É de assinalar ainda o facto de, cronologicamente, o uso da frase apresentar dois picos, um primeiro em 2011, quando a entrada do FMI no país era eminente, e um segundo em 2013, quando a saída do FMI se começou a avizinhar. Por outro lado, enquanto alguns textos se limitam a apresentar a frase

e a comentar a situação presente (podendo isto significar, ou que se assume que o público leitor conhece o *cliché* de antemão, ou que se considera que a expressão vale por si sem precisar de quaisquer explicações), outros procuram didaticamente enquadrar a frase, aproveitando por vezes essa linha de pensamento para veicular comparações entre o que teriam sido os Lusitanos e os atuais Portugueses. Também aqui as opiniões divergem, pois tanto se considera que tudo continua na mesma, defendendo-se a ancestralidade e irremediabilidade deste carácter “desgovernado” (ex: blogue de Marques (2013) ou de Barra (2013) que inclusivamente termina com a frase “Até parece que em dois mil anos não aprendemos nada!”), como se defende a existência de diferenças abissais (ex: N. (2011) onde se argumenta que enquanto os Lusitanos eram enérgicos, hoje os Portugueses são letárgicos).

A frase não é só usada em blogues. Também na imprensa online, em artigos de opinião, a referência a “um povo que não se governa, nem se deixa governar” é ponto de partida ou argumento aduzido em reflexões e críticas sobre o carácter dos portugueses, os seus governantes e as relações entre ambos. Um primeiro exemplo, de teor equiparável ao de alguns blogues, é o artigo de Gomes (2003), repetido em duas publicações regionais, o *Diário de Trás-os-Montes e Açores digital* e que recorre ao *cliché* para comentar a falta de prevenção da época dos fogos e os desmandos do futebol, e para concluir que o país não tem emenda...

Passando a publicações da imprensa nacional, no jornal *Expresso* temos duas ocorrências da expressão da ingovernabilidade dos Portugueses. Em setembro de 2009, num editorial intitulado “Um país difícil de governar?” alude-se à pouca estabilidade do país, o que granjeou 42 comentários. A 24 de novembro de 2008, o artigo de opinião de Miguel Sousa Tavares, profusamente comentado (130 mensagens), reflete sobre os valores das atuais gerações, a situação do momento e a dependência que os Portugueses têm relativamente ao Estado. Algum tempo depois, em 2012, Ricardo Araújo Pereira, numa das suas crónicas na revista *Visão* alude à frase e à sua lenda quando, de modo mordaz, reflete sobre as relações entre os portugueses e o seu governo em contexto de austeridade.

Uma pesquisa paralela da mesma expressão em outras línguas também apresentou resultados. Num fórum de debate que remete para artigos da imprensa europeia, é discutido um artigo do *Libération* de 26 de março de 2013 onde Giorgio Agamben recorda a proposta de

Alexandre Kojève (1945) de uma união dos países do sul, liderados pela França, para contrabalançar o poder da Alemanha. Entre os muitos comentários deste artigo (491), produzidos por pessoas de diferentes nacionalidades, muitos dos quais referindo-se ao Império Romano, o comentário de um português alude à frase que aqui nos ocupa, considerando que esta expressão não só descreve bem os Portugueses como constitui ainda uma boa definição da Europa atual, que qualifica como um conjunto de povos que rejeitam a tirania e a opressão.

Em março de 2014, um artigo de opinião de *La Voz de Galicia* também aborda a expressão desde um ponto de vista positivo, num artigo muito elogioso para Portugal onde se comenta a visita de Angela Merkel a este país e a previsão da sua saída da crise:

La tristeza fetichista de muchos fados se ha visto claramente desmentida en los tiempos que corren. Dijo en su día Julio César que, en los confines de Iberia, había un pueblo que no se gobernaba ni se dejaba gobernar. Se refería a los lusitanos, y se equivocaba. Aquel pueblo se gobernaba a su modo, viriatamente, y no se dejaba gobernar por ajenos. (Reigosa, 2014)

A expressão é ainda retomada num blogue em inglês onde o autor, Jerry Stocking, transcreve uma carta de um português (fictício?) que se queixa de não entender os seus conterrâneos:

Portuguese people as a whole seem extremely passive and we will put up with almost anything. Except for one thing, “We hate being told how to run our lives” Julius Caesar said this about the Portuguese people over 1000 years ago and it still hold true.” There is a people who live in the corner or the Iberian peninsula who will not govern themselves and hate to be Governed by others (Stocking, s/d)

Perante estes testemunhos, podemos dizer que, no momento atual, a frase que reclama que o povo mais ocidental da Península Ibérica “não se governa, nem se deixa gobernar” integra o imaginário comum que os Portugueses têm de si próprios, como se pode constatar pelo seu uso extensivo, quer em blogues, quer na imprensa, tanto por comentadores com alguma projeção, como por “bloguistas” relativamente anónimos.

Se considerarmos que as ideias expressas nas crónicas medievais poderão, em parte, ser um dos possíveis antepassados da

ideia que atualmente se encontra cristalizada nesta expressão feita, é muito interessante observar como a noção foi interpretada, servindo para defender pontos de vista diferentes sobre uma mesma população. Neste sentido, apesar da ideia se apresentar como um *cliché*, ultrapassa o nível do simples estereótipo uma vez que, apesar de se tratar de uma “frase feita”, de uma “máxima”, é uma frase polissêmica, podendo ser interpretada de diferentes maneiras, inclusivamente opostas, ou de modo muito negativo, remetendo para o total desgoverno de uma população, para as falhas dos seus governantes, para o desencontro entre a população e os seus líderes... ou, de modo positivo, se a leitura acentuar a ideia do repúdio dos jugos estranhos e a sede de autonomia. Foi precisamente sobre estes dois pontos de vista opostos, acentuando ora a linha positiva, ora a negativa, consoante as conveniências, que também laboraram as crónicas do centro e do ocidente peninsular. Neste processo, deram ainda conta da sua consciência de si e dos outros, bem como da noção que tinham da importância da sua imagem, da sua fama e da necessidade de as preservar.

Apesar da distância temporal que as separa, as passagens e a expressão abordadas no presente estudo têm ainda em comum o facto de se situarem em momentos fraturantes. Nas guerras fratricidas, que ocorreram antes da formação do reino de Portugal, foi aniquilada uma primeira possibilidade de existência de um reino no extremo ocidental da Península. A guerra civil e ibérica do tempo de D. João I foi um dos momentos mais graves de ameaça à soberania portuguesa. Finalmente, nos tempos mais recentes, a necessidade de cumprir normas gerais emanadas da União Europeia e a entrada do FMI para controlar as contas públicas são factos que podem facilmente estimular uma discussão aprofundada sobre os limites da soberania de cada nação.

Uma última palavra para sublinhar uma divergência entre as interpretações medievais e as atuais. Nas crónicas dos sécs. XIII-XIV, o ponto de vista negativo é assumido pelos testemunhos do centro peninsular, enquanto que a valorização positiva vem caracterizar os relatos produzidos nas zonas “implicadas”. Porém, nos textos atualmente existentes online, uma tendência oposta parece marcar a perspectiva e o discurso que diversos portugueses têm sobre si próprios. Apesar de se manter a dualidade interpretativa e de existirem, múltiplas oscilações, nota-se a predominância do entendimento

negativo e da autocrítica nos textos produzidos por portugueses, em contraste com hetero-imagens bastante mais favoráveis...

Bibliografia ativa

a) Textos medievais

1344a (s/d): Ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca (microfilme)

1344b (1961) *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. de Luís Filipe Lindley Cintra), Lisboa, IN-CM (vol. III)

D. Duarte (1998): Dom Duarte, *Leal Conselheiro* (ed. de Maria Helena Lopes de Castro), Lisboa, IN-CM

D. Pedro (1980): Pedro Afonso, conde de Barcelos, “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, (ed de José Mattoso), *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências

Lopes (s/d): Fernão Lopes, *Crónica de D. João I – parte 1* in *CIPM – Corpus Informatizado do Português medieval* - <http://cipm.fcsh.unl.pt> [última data de consulta 3 de setembro de 2014].

Trad.Gall (1975): *La Traducción Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla* (ed. de Ramón Lorenzo), Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”

V.Ampl. / PCG (1977): *Primera Crónica General* (ed. de Ramón Menéndez Pidal / reed. de Diego Catalán), Madrid, Gredos

V.Crit. (2009): *La Estoria de España de Alfonso X. Estudio y edición de la Versión Crítica desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II* (ed. de Mariano de la Campa), Málaga, Universidad de Málaga

b) Blogues [data da última consulta de todos: 21 de novembro de 2014]

Barra (2013) – Maurício Barra, “Grande hotel” - <http://umgrandehotel.blogspot.pt/2013/05/ha-nos-confins-da-iberia-um-povo-que.html> (maio de 2013)

Cirilo (2014): Luis Cirilo, “Depois falamos” - <http://depoisfalamos.blogspot.pt/2014/04/obvios.html> (abril de 2014)

- Garcia (2013) – Pedro Miguel Garcia, “Diário de um resmungão” - <http://achuvamolhatolos.blogspot.pt/2013/07/um-povo-que-nao-se-governa-nem-se-deixa.html> (julho de 2013)
- Marques (2013): Júlio Marques, “Badameco” - <http://badameco.blogs.sapo.pt/160523.html> (julho de 2013)
- Melo (2013) – Luis Melo, “Era mais um fino” - <http://eramaisumfino.wordpress.com/2013/07/05/um-povo-que-nao-se-governa-nem-se-deixa-governar/> (julho de 2013)
- N. (2011) – N. “Distopia albanesa” - <http://distopiaalbanesa.blogspot.pt/2011/04/um-povo-que-nao-se-governa-nem-se-deixa.html> (abril de 2011)
- Palmela (2011) – Rui M. Palmela, “Alvorecer” - <http://alvorecer-escriba.blogspot.pt/2011/04/um-povo-que-nao-se-governa-nem-se-deixa.html> (abril de 2011)
- Pico (2012) – João Baptista Pico, “Pico do Zêzere Abt” - <http://picozezerabt.blogspot.pt/2012/08/4792-grande-cesar-este-povo-nao-se.html> (agosto de 2012)
- Portugal (2010) – Zé de Portugal, “Um jardim no deserto” - <http://umjardimnodeserto.wordpress.com/2010/03/24/nao-se-governa-nem-se-deixa-governar/> (março de 2010)
- Rita (2006) – J. P. Rita, “Largo das alterações” - <http://largodasalteracoes.blogspot.pt/2006/03/povo-este-que-no-se-governa-nem-se.html> (março de 2006)
- Stocking (s/d): Jerry Stocking “Lightening Up and Letting Go. Smile, Laugh and Love”- <http://jerrystocking.com/blog/emotional-masteryhow-to-use-your-emotions-like-a-kin/>
- Viriato (2011) – Viriato, “Viriatius” - <http://viriatius15.blogspot.pt/2011/01/nao-se-governa-nem-se-deixa-governar.html> (janeiro de 2011)
- c) Imprensa online / artigos de opinião [data da última consulta de todos: 21 de novembro de 2014]
- Agamben (2013) - Giorgio Agamben, “Um “Império latino” contra a hiper potência alemã”, *Libération*, 26 de março de 2013 – in *O melhor da imprensa europeia* - <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/3593561-um-imperio-latino-contra-hiper-potencia-alema>

- Editores do Expresso (2009) – “Editorial” - “Um país difícil de governar?”, *Expresso*, 13 de setembro 2009 - <http://expresso.sapo.pt/um-pais-dificil-de-governar=f535123>
- Gomes (2003) - Fernando Cruz Gomes, “Um povo que não se governa nem se deixa governar”, *Diário de Trás-os-Montes*, s/d - http://www.diariodetrasmontes.com/cronicas/cronicas.php?i_d=429&linkCro=1 e *idem*, Azores Digital, 29 de agosto de 2003 - <http://www.azoresdigital.com/colunistas/ver.php?id=921>
- Pereira (2012) – Ricardo Araújo Pereira, “A austeridade é como as cerejas”, *Visão*, 5 de julho de 2012 - <http://visao.sapo.pt/a-austeridade-e-como-as-cerejas=f673559#ixzz2yyPu8ltz>
- Reigosa (2014) - Carlos G. Reigosa, V “Portugal en pie”, *La voz de Galicia*, 30 de março de 2014 - http://www.lavozdegalicia.es/noticia/opinion/2014/03/30/portugal-pie/0003_201403G30P21991.htm –
- Tavares (2008) – Miguel Sousa Tavares, “Não se governam nem se deixam governar”, *Expresso*, 24 de novembro de 2008 - <http://expresso.sapo.pt/nao-se-governam-nem-se-deixam-governar=f459488>

Bibliografia passiva

- Beller / Leerssen (2007): Manfred Beller / Joep Leerssen (eds.), *Imagology. The cultural construction and literary representation of national characters. A critical survey*, Amsterdam – New York, Rodopi.
- Dias (2003): Isabel de Barros Dias, *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, FCG / FCT – MCEs.
- Dias (2007): Isabel de Barros Dias, “Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa”, *Hispania*, vol. LXVII, n. 227, pp. 899-928 - reeditado em *Santa Barbara Portuguese Studies*. vol. XI (2012) pp. 42-68.
- Dias (2008): Isabel de Barros Dias, “O ‘Desastre de Badajoz’ em crónicas do Ocidente e do Centro da Península Ibérica”, T. Brandenberger, E. Hasse e L. Schmuck (Hrsg.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tübingen, Calepinus Verlag, pp. 23-44.

Fernández García / Leal (2012): María Jesús Fernández García / María Luísa Leal (coord.), *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas / Gobierno de Extremadura.

Krus (1994a): Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.

Krus (1994b) Luís Krus, “As origens lendárias dos condes de Trastâmara”, in *Idem, Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia Histórica, pp. 209-218.

Mattoso (1995): José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Lisboa, Estampa.

Mattoso (1998): José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.